

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.647 - RJ (2019/0303918-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDUARDO JANUÁRIO NEWTON - SP259627
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : REBECA DE SOUSA ALMEIDA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Rebeca de Sousa Almeida**, apontando-se como autoridade coatora o Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que indeferiu o pedido liminar nos autos do HC n. 0064088-81.2019.8.19.0000.

Consta dos autos que a paciente foi presa em flagrante pela suposta prática do crime previsto no art. 129, § 9º, do CP, sendo concedida a liberdade provisória, com a determinação da aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319, III e VII, do CP, quais sejam, proibição de se aproximar da vítima e internação provisória.

Insurge-se no presente *writ* contra a medida de internação provisória, entendendo a impetrante que seria desnecessária, não subsistindo laudo médico que a justifique.

É o relatório.

Na espécie, aplica-se o enunciado da Súmula 691/STF, observado também por esta Corte, segundo o qual não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade.

Esse posicionamento pode ser afastado apenas em situações excepcionais, se evidenciada dos autos a configuração de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, o que não ocorreu no caso em tela.

Ressalto que, no presente caso, a decisão impugnada afirmou expressamente

Superior Tribunal de Justiça

que a internação se faz necessária, considerando o laudo apresentado pela perita nessa unidade, que indicou expressamente a necessidade de tratamento psiquiátrico para a custodiada e, ainda, os relatos dos autos de que a custodiada surtou no interior do hospital e precisou ser amarrada. Há informações, ainda, de que a custodiada precisou ser internada em outras oportunidades. Além disso, a gravidade dos fatos narrados nos autos é acentuada, já que a custodiada atirou pedra na cabeça da própria mãe, indicando o perigo concreto para a vítima (fl. 40).

Cumpra-se observar que não é possível nos autos de *habeas corpus*, de cognição sumária, a ampla análise de fatos e provas.

Nesse contexto, prudente e necessário aguardar o julgamento do writ originário.

Ante o exposto, com base no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator